

STJ00098876

Gabriel Rocha Furtado

# Mora e Inadimplemento Substancial

Prefácio de Anderson Schreiber

SÃO PAULO  
EDITORA ATLAS S.A. – 2014

© 2014 by Editora Atlas S.A.

Capa: Zenário A. de Oliveira  
Composição: Luciano Bernardino de Assis



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Furtado, Gabriel Rocha  
Mora e inadimplemento substancial / Gabriel Rocha Furtado.  
São Paulo : Atlas, 2014.

Bibliografia.  
ISBN 978-85-224-8975-6  
ISBN 978-85-224-8976-3 (PDF)

1. Boa-fé (Direito) 2. Contratos – Brasil  
3. Inadimplemento contratual 4. Obrigações (Direito)  
5. Resolução (Direito Civil) – Brasil I. Título.

14-02883  
CDU-347.4 (81)

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Direito das obrigações : Direito civil 347.4 (81)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme  
Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

1008049



Editora Atlas S.A.  
Rua Conselheiro Nébias,  
1384 Campos Elísios  
01203 904 São Paulo SP  
011 3357 9144  
atlas.com.br

# SUMÁRIO

*Lista de abreviaturas e siglas* xi

*Prefácio* xiii

*Agradecimentos* xv

*Introdução* 1

- 1 Inadimplemento contratual em uma perspectiva funcional 7**
  - 1.1 Mora e inadimplemento absoluto no direito civil brasileiro 8
  - 1.2 Resolução contratual por inadimplemento 20
  - 1.3 O problema da ausência de interesse do credor como pressuposto para a resolução contratual 29
  
- 2 Resolução do contrato em uma perspectiva funcional: por uma releitura objetiva do interesse do credor 37**
  - 2.1 Direitos potestativos em uma perspectiva funcional: entre liberdade e solidariedade 38
  - 2.2 O necessário limite valorativo ao exercício das posições contratuais: abuso do direito e função negocial 52

2.3	Boa-fé objetiva e dever de cooperação no exercício do direito de resolução	60
2.4	Pressupostos para a resolução contratual	69
<b>3</b>	<b>Parâmetros valorativos para uma aferição objetiva da utilidade da prestação</b>	<b>77</b>
3.1	Crítérios legais para a configuração da mora e suas independências	79
3.2	Alguns parâmetros para a identificação do interesse do credor à luz da função negocial concreta	88
3.2.1	<i>Adequação temporal da prestação</i>	95
3.2.2	<i>Adequação espacial da prestação</i>	100
3.2.3	<i>Importância do inadimplemento</i>	103
3.2.4	<i>Comportamento dos contratantes</i>	108
3.2.5	<i>Manutenção do sinalagma funcional</i>	113
3.3	A satisfação do interesse do credor entre a execução específica e a resolução do contrato	119
<b>4</b>	<b>Conclusões</b>	<b>125</b>
	<i>Referências</i>	133